



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

demonstrações financeiras da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2012, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Deloitte prestou além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

Natureza	Data do contrato	Duração	Valor	Percentual total contrato de autoria
	Ano calendário			
Revisão DIPJ	12/03/2012	2012	13.234,88	4%
Asseguração sobre cumprimento de		Média de 03 meses	13.450,01	4%
convênios financeiros	12/03/2012		26.684,89	8%

Como se observa, a RGE não contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços que não sejam relacionados à auditoria durante o exercício de 2012. A RGE adota a prática de não contratação dos auditores independentes para a prestação de serviços que não sejam relacionados à auditoria. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia S.A., e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A Administração da RGE declara que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa pela Deloitte.

8. Agradecimentos

A Administração da RGE agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2012. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

BALANÇO SOCIAL ANUAL 2012/2011 (*)

1 - Base de cálculo	2012 Valor (mil reais)			2011 Valor (mil reais) (**)		
Receita líquida (RL)	2.641.916			2.279.458		
Resultado operacional (RO)	449.494			336.625		
Folha de pagamento bruta (FPB)	77.154			71.775		
2 - Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.051	10,43%	0,30%	8.627	12,02%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	20.274	26,28%	0,77%	18.764	26,14%	0,82%
Previdência privada	6.085	7,89%	0,23%	5.362	7,47%	0,24%
Saúde	4.912	6,37%	0,19%	4.114	5,73%	0,18%
Segurança e saúde no trabalho	538	0,70%	0,02%	379	0,53%	0,02%
Educação	-	0,00%	0,00%	11	0,02%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.361	3,06%	0,09%	2.001	2,79%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	278	0,36%	0,01%	279	0,39%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	5.489	7,11%	0,21%	4.787	6,67%	0,21%
Outros	982	1,27%	0,04%	1.005	1,40%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	48.970	63,47%	1,85%	45.329	63,15%	1,99%
3 - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	12	0,00%	0,00%
Cultura	1.623	0,36%	0,06%	765	0,23%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	10	0,00%	0,00%
Esporte	334	0,07%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	217	0,05%	0,01%	198	0,06%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	2.174	0,48%	0,08%	985	0,29%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.195.050	265,87%	45,23%	1.120.247	332,79%	49,15%
Total - Indicadores sociais externos	1.197.224	266,35%	45,32%	1.121.232	333,08%	49,19%
4 - Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	2.833	0,63%	0,11%	1.232	0,37%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	14.817	3,30%	0,56%	14.123	4,20%	0,62%
Total dos investimentos em meio ambiente	17.650	3,93%	0,67%	15.355	4,56%	0,67%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa						
			() não possui metas	() não possui metas		
			() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%		
			() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%		
			(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	1.556			1.479		
Nº de admissões durante o período	379			285		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND			ND		
Nº de estagiários(as)	36			33		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	174			140		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	261			264		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,09%			14,61%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	69			61		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,06%			3,06%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	66			58		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	2,78			69,41		
Número total de acidentes de trabalho	18			17		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:						
() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados (as)	(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:						
() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:						
() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:						
() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:						
() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:						
() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça	
55.372	1.601	1.935	** 53.618	** 1.287	2.285	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:						
na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça	
100%	100%	4%	100%	100%	13%	
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):						
Em 2012 1.749.259			Em 2011 1.618.738			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
69,0% governo		5,0% colaboradores(as)		70,5% governo		
18,3% acionistas		7,7% terceiros		15% acionistas		
0,0% retido		0,0% retido		8,9% terceiros		

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados da companhia em relação ao mesmo período de 2011, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações iniciais

Em 2012, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência as demandas de seus 1,4 milhão de clientes, em 253 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo aumentaram 0,9%, com destaque para as classes residencial e comercial que, juntas, representaram 44,4% do total consumido no mercado cativo da distribuidora e compensaram o fraco resultado apresentado pela classe industrial. As vendas na área de concessão totalizaram 9.313 GWh, um crescimento de 2,2% em relação ao exercício de 2010, influenciadas pelo aumento de 9,0% no volume de TUSD. Como resultado de seu compromisso com a prestação de serviços de qualidade ao mercado que atende, em 2012, a RGE recebeu o Prêmio Abradee em duas categorias, pela Qualidade da Gestão e como a Melhor Distribuidora de Energia da Região Sul.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico: O ano de 2012 foi marcado pela continuidade da instabilidade no cenário macroeconômico internacional, além da ocorrência de outros elementos desfavoráveis que contribuíram para que a desaceleração macroeconômica se aprofundasse. Após a crise de 2008/2009, em 2010 a economia internacional assistiu à recuperação dos países centrais e, em maior medida, dos emergentes. Esperava-se que o mesmo feito se repetisse nos anos seguintes, mas fatores adversos alteraram a tendência de crescimento observada até então. Os países emergentes, sobretudo a China, vêm registrando uma desaceleração mais suave, mas a Europa se encontra em recessão e os EUA seguem em trajetória de crescimento moderado, ainda influenciados pelas negociações em torno do abismo fiscal. Assim, o mundo viveu momentos de incerteza em 2012, com implicações sobre o comércio global, confiança e investimento. Esses foram os principais canais de transmissão da crise para o Brasil, com destaque para o desempenho insuficiente da indústria, que registrou queda de 2,7% no ano. Além da desaceleração global, a manutenção do câmbio valorizado em grande parte do ano, os altos estoques e problemas estruturais em infraestrutura, burocracia e qualificação de mão de obra contribuíram para esse fraco desempenho. Entretanto, o governo implementou medidas de estímulo ao setor, destacando-se: desonerações previdenciárias, reduções de tributos, queda nas tarifas de energia elétrica, aumento da capacidade de endividamento dos estados e programas de concessões ao investimento privado. Destaca-se também a queda dos spreads e dos juros (os quais deverão favorecer a dívida pública e os investimentos) e ainda, a mudança do patamar do câmbio para estimular as exportações. Com isso, no final de 2012 a indústria iniciou uma leve recuperação. Enquanto isso, o desemprego continuou baixo, impulsionando o rendimento e a massa de renda, o que explica o bom resultado do comércio em 2012. Com boas perspectivas, estima-se que a alta do PIB brasileiro passe de 0,9% em 2012 para 3,2% em 2013, segundo expectativas do mercado (Boletim Focus), impulsionado pela melhora da confiança, da indústria e dos investimentos. As perspectivas para o mercado interno continuam boas, dado o baixo desemprego e o bom desempenho da renda e do comércio. **Ambiente regulatório:** Tarifas de energia elétrica: Em 5 de junho de 2012, por meio da Resolução Homologatória nº 1.294, a Aneel homologou o reajuste Tarifário Anual (RTA), fixando o índice de reajuste da RGE em 11,51%, sendo 0,49% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 11,02% relativos aos componentes financeiros, correspondendo a um efeito médio de 3,38% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de junho de 2012.

3. Desempenho operacional

Clientes: a RGE encerrou o ano com 1,4 milhão de clientes, com acréscimo de 41 mil consumidores, representando um crescimento de 3,1%. **Vendas de energia:** Em 2012, as vendas nas áreas de concessão totalizaram 9.313 GWh, um crescimento de 2,2% em relação aos 9.111 GWh vendidos em 2011. As vendas para o mercado cativo totalizaram 7.690 GWh, um aumento de 0,9%, sendo, ainda, faturados 1.623 GWh por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). No mercado cativo, destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 44,4% do total consumido pelos clientes cativos da distribuidora: • **Classes Residencial e Comercial:** crescimentos de 5,6% e 6,9%, respectivamente, favorecidos pelos efeitos acumulados do crescimento econômico (aumento da renda, do poder de compra do consumidor e da ampliação do crédito ao consumo) verificados nos últimos anos; • **Classe Industrial:** redução de 13,5%, influenciada pela queda da produção industrial e pela migração de clientes para o mercado livre, refletida no crescimento da TUSD. A quantidade de energia correspondente ao consumo dos clientes livres na área de atuação da RGE, faturados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), atingiu 1.623 GWh, um aumento de 9,0%, reflexo da migração de clientes para o mercado livre. **Qualidade dos serviços prestados:** **Atendimento ao cliente:** a RGE obteve o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 83,6%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee. O índice foi superior à média nacional de 77,8%. **Fornecimento de energia:** a RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2012, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 14,61 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 8,94 vezes.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. **Receita operacional:** Em 2012, a RGE alcançou receita líquida de R\$ 2.642 milhões, um crescimento de 15,9% (R\$ 362 milhões). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a receita líquida seria de R\$ 2.293 milhões, um crescimento de 12,7% (R\$ 259 milhões). Essa variação ocorre principalmente: (i) do reajuste tarifário anual de 11,51%, em junho de 2012, sendo 0,49% relativos ao Reajuste Tarifário e 11,02% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário Anual; (ii) do aumento de 0,9% nas vendas para o mercado cativo; e (iii) do aumento de 16,4% (R\$ 30 milhões) na receita de TUSD de clientes livres. **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho da *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da aplicação desta medida não contábil.

Conciliação do lucro líquido e EBITDA

	2012	2011
Lucro Líquido	325.002	248.233
Depreciação e amortização	111.741	108.368
Resultado financeiro	15.577	71.313
Contribuição social	35.291	23.727
Imposto de renda	97.156	65.357
EBITDA	584.767	516.998

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 585 milhões, um aumento de 13,1% (R\$ 68 milhões), devido principalmente ao aumento de 12,7% (R\$ 259 milhões) na receita líquida, desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão. Esse efeito foi parcialmente compensado pelos aumentos de 11,9% (R\$ 152 milhões) no custo com energia elétrica e de 15,9% (R\$ 39 milhões) nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos o custo com construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido à receita correspondente, no mesmo valor) e os gastos com Amortização. O aumento de 15,9% (R\$ 39 milhões) nos custos e despesas operacionais da RGE deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento nas despesas com pessoal (R\$ 2 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas com material e serviços de terceiros (R\$ 3 milhões);
- ✓ Aumento nos outros custos/despesas operacionais (R\$ 42 milhões);
- Parcialmente compensados pela:
- ✓ Redução no item Entidade de Previdência Privada (R\$ 8 milhões).

Lucro Líquido: Em 2012, a RGE apurou lucro líquido de R\$ 320 milhões, aumento de 29,0% (R\$ 72 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento de 13,1% (R\$ 68 milhões) no EBITDA; e (ii) a redução de 74,4% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 45 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) aumento de 0,6% nas amortizações (R\$ 0,7 milhão) e (ii) efeito negativo no Imposto de Renda e na Contribuição Social, (R\$ 41 milhões). **Endividamento:** no final de 2012, a dívida financeira (incluindo *hedged*) atingiu R\$ 1.562 milhões, com aumento de 60,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 380 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

7 - Outras informações

Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(**) Indicador reajustado devido à alteração de critérios no processo de apuração das informações das distribuidoras do grupo

(***) Ajustado

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011 (1)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	31/12/2011 (1)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	319.770	82.186	Fornecedores (nota 13)	261.373	207.338
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	414.395	378.414	Encargos de dívidas (nota 14)	32.366	39.436
Tributos a compensar (nota 7)	26.790	24.769	Encargos de debêntures (nota 15)	25.708	13.540
Despesas pagas antecipadamente (nota 8)	16.283	1.606	Empréstimos e financiamentos (nota 14)	189.144	181.066
Derivativos (nota 30)	327	312	Debêntures (nota 15)	126.667	126.667
Estoques	10.963	11.899	Entidade de previdência privada (nota 16)	1.465	1.415
Outros créditos (nota 11)	62.952	53.826	Taxas regulamentares (nota 17)	17.088	25.424
Total do circulante	851.479	553.013	Impostos, taxas e contribuições (nota 18)	62.272	42.555
Não circulante			Dividendo e juros sobre capital próprio (nota 21)	25	106.482
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	48.917	58.453	Obrigações estimadas com pessoal	12.149	9.483
Depósitos judiciais (nota 19)	86.182	79.465	Outras contas a pagar (nota 20)	96.701	72.479
Tributos a compensar (nota 7)	29.232	22.511	Total do circulante	824.957	825.885
Derivativos (nota 30)	17.473	98	Não circulante		
Despesas pagas antecipadamente (nota 8)	2.842	351	Encargos de dívidas (nota 14)	15.835	4.898
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	236.073	235.139	Empréstimos e financiamentos (nota 14)	621.920	413.034
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	546.901	226.930	Debêntures (nota 15)	568.072	196.366
Entidade de previdência privada (nota 16)	10.203	3.416	Entidade de previdência privada (nota 16)	391	1.121
Outros créditos (nota 11)	154	-	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas (nota 19)	48.354	46.204
Intangível (nota 12)	1.640.503	1.656.301	Outras contas a pagar (nota 20)	8.611	19.925
Total do não circulante	2.618.480	2.282.663	Total do não circulante	1.263.184	681.549
Total do ativo	3.469.959	2.835.676	Patrimônio líquido (nota 21)		
			Capital social	901.787	884.328
			Reserva de capital	263.136	280.595
			Reserva legal	13.271	13.271
			Reserva de retenção de lucros para investimento	52.441	-
			Dividendo adicional proposto	151.184	123.799
			Lucros acumulados	-	26.250
			Total do patrimônio líquido	1.381.819	1.328.243
			Total do passivo e do patrimônio líquido	3.469.959	2.835.676

(1) Contempla os efeitos descritivos na nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

Saldos em 01 de janeiro de 2011 (1)	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento			
867.604	297.319	13.271	-	-	57.689	19.334	1.255.217
16.724	(16.724)	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(57.689)	247.776	247.776
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	(35.346)	(35.346)
-	-	-	-	-	-	(76.413)	(76.413)
-	-	-	-	-	93.754	(93.754)	-
-	-	-	-	-	30.045	(35.346)	(5.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (1)	884.328	280.595	13.271	-	123.799	26.250	1.328.243
17.459	(17.459)	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(123.799)	319.751	319.751
-	-	-	-	52.441	-	(52.441)	-
-	-	-	-	-	-	(35.346)	(35.346)
-	-	-	-	-	-	(102.171)	(102.171)
-	-	-	-	-	123.645	(123.645)	-
-	-	-	-	-	27.539	(32.398)	(4.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	901.787	263.136	13.271	52.441	151.184	(32.398)	1.381.819

(1) Contempla os efeitos descritivos na nota explicativa 2.6.

(2) Montante referente ao pagamento de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio, destinado contabilmente, mas que, em razão das novas práticas contábeis, foi estornado contra o patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Contexto operacional

A Companhia Rio Grande Energia ("RGE" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - Brasil. A Companhia detém a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 253 municípios. Entre os principais estão Caxias do Sul, Gravatá, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo a aproximadamente 1,4 milhões de consumidores. (informações não examinadas pelos auditores independentes).

(2) Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br) a partir de 30 de abril de 2013. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 04 de março de 2013. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo e iv) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias; • Nota 9 - Créditos fiscais diferidos; • Nota 10 - Ativo financeiro da concessão; • Nota 11 - Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa); • Nota 12 - Intangível; • Nota 16 - Entidade de previdência privada; • Nota 19 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais; • Nota 23 - Receita operacional líquida; • Nota 24 - Custo com energia elétrica, e; • Nota 30 - Instrumentos financeiros. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.6 Ajustes e reclassificações nas demonstrações financeiras de 2011:** Alguns saldos das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 24 de fevereiro de 2012, apesar de imateriais, estão sendo ajustados ou reclassificados para fins de comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Esta alteração decorre da reclassificação do reconhecimento em "outros resultados abrangentes" das mudanças nas expectativas dos fluxos de caixa do ativo financeiro da concessão determinado pelo ICPC 01(R1) designado na categoria disponível para venda. Apesar de o contrato de concessão não ser explícito na definição se a indenização será baseada no valor efetivamente investido na infraestrutura ou se será baseada no residual apurado pela metodologia de precificação de tarifas, ou seja, Base de Remuneração Regulatória ("BRR"), a Companhia, com base na sua melhor interpretação do contrato de concessão, possui expectativa de receber ao término da concessão, como indenização pelos investimentos efetuados e ainda não recuperados, o montante equivalente ao apurado pela BRR. Na adoção inicial das novas práticas contábeis, a Companhia considerou que mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão seriam também mudanças no valor justo do ativo financeiro a ser recebido com indenização ao término da concessão e, portanto, tais mudanças foram reconhecidas integralmente em

"outros resultados abrangentes". Cabe ressaltar que o procedimento adotado deu-se após análises e discussões em grupo técnico da indústria criado para discutir a implantação as novas práticas contábeis no Brasil, sendo que a metodologia descrita anteriormente nesse parágrafo foi aplicada também por outras empresas do mercado brasileiro que adotaram a BRR como base para definição do valor da indenização. No entanto, após revisão dos critérios utilizados na contabilização desse ativo financeiro e evolução das discussões na indústria, a Companhia concluiu que as variações nos valores justos dos ativos da infraestrutura e, consequentemente da indenização, refletem alterações das expectativas dos fluxos de caixa estimados e, portanto deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício usando o método dos juros efetivos de acordo com o parágrafo AG8 do CPC 38 e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Desta forma a Companhia incorreu em um erro não material e não intencional quando da interpretação da literatura contábil. Apesar da imaterialidade do ajuste, a Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 2011 para a apresentação nas demonstrações financeiras de 2012 para fins de manter a melhor comparação dos saldos. Consequentemente, a Companhia está reclassificando e ajustando as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, apresentadas comparativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, onde a atualização do ativo financeiro de concessão, decorrente das alterações das expectativas de seus fluxos de caixa estimados, está sendo reclassificada de "resultados abrangente acumulado" para "lucros acumulados", ambos no patrimônio líquido, e sendo reconhecida no resultado do exercício de 2011 em conta de "resultado financeiro". Como mencionado acima, uma vez que tais efeitos são considerados materiais e não alteram os saldos totais de ativos, passivos e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e em 1 de janeiro de 2011, a Companhia não apresentou o balanço patrimonial do início do período mais antigo apresentado. Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas:

i) Passivo e patrimônio líquido:

	31/12/2011			01/01/2011		
	Apresentado	Reclassificação	Reclassificado	Apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Circulante	825.885	-	825.885	716.397	-	716.397
Não circulante	681.549	-	681.549	821.662	-	821.662
Patrimônio líquido						
Capital social	884.328	-	884.328	867.604	-	867.604
Reserva de capital	280.595	-	280.595	297.319	-	297.319
Reserva de lucros	13.271	-	13.271	13.271	-	13.271
Dividendo adicional proposto	123.799	-	123.799	57.689	-	57.689
Reserva de avaliação patrimonial	26.250	(26.250)	-	19.334	(19.334)	-
Lucros acumulados	-	26.250	26.250	-	19.334	19.334
Total do patrimônio líquido	1.328.243	-	1.328.243	1.255.217	-	1.255.217
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.835.676	-	2.835.676	2.793.276	-	2.793.276

ii) Demonstração do resultado do exercício:

	2011		
	Apresentado	Ajustes	Ajustado
Receita operacional líquida	2.279.458	-	2.279.458
Custo do serviço de energia elétrica	(1.697.729)	-	(1.697.729)
Lucro operacional bruto	581.729	-	581.729
Resultado do serviço	397.429	-	397.429
Resultado financeiro	(71.313)	10.509	(60.804)
Lucro antes dos tributos	326.116	10.509	336.625
Contribuição social	(22.719)	(946)	(23.665)
Imposto de renda	(62.557)	(2.627)	(65.184)
Lucro líquido do exercício	240.840	6.936	247.776
Lucro líquido por ação ordinária - R\$	0,29	0,32	0,30
Lucro líquido por ação preferencial - R\$	0,32	-	0,33

iii) Demonstração do resultado abrangente:

	2011		
	Apresentado	Ajustes	Ajustado
Lucro líquido do exercício	240.840	6.936	247.776
Outros resultados abrangentes			
Ativo financeiro da concessão	-	-	-
- Ganho em instrumentos financeiros - ativo financeiro da concessão	10.509	(10.509)	-
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros - ativo financeiro da concessão	(3.573)	3.573	-
Resultado abrangente do exercício	247.776	-	247.776

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2012		2011 (1)	
	2012	2011 (1)	2012	2011 (1)
Receita operacional líquida (nota 23)	2.641.916	2.279.458	-	-
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica (nota 24)	(1.427.357)	(1.275.651)	-	-
Custo de operação (nota 25)	(170.598)	(177.313)	-	-
Custo do serviço prestado a terceiros (nota 25)	(348.601)	(244.765)	-	-
Lucro operacional bruto	695.360	581.729	-	-
Despesas operacionais (nota 25)				
Despesas com vendas	(94.470)	(70.282)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(99.753)	(91.420)	-	-
Outras despesas operacionais	(36.067)	(22.599)	-	-
	(230.289)	(184.300)	-	-
Resultado do serviço	465.071	397.429	-	-
Resultado financeiro (nota 26)				
Receitas	115.295	75.349	-	-
Despesas	(130.873)	(136.153)	-	-
	(15.577)	(60.804)	-	-
Lucro antes dos tributos	449.494	336.625	-	-
Contribuição social (nota 9)	(34.575)	(23.665)	-	-
Imposto de renda (nota 9)	(95.167)	(65.184)	-	-
	(129.742)	(88.849)	-	-
Lucro líquido do exercício	319.751	247.776	-	-
Lucro líquido por ação ordinária - R\$	0,39	0,30	-	-
Lucro líquido por ação preferencial - R\$	0,43	0,33	-	-

(1) Contempla os efeitos descritivos na nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	2012		2011 (1)	
	2012	2011 (1)	2012	2011 (1)
Lucro líquido do exercício	319.751	247.776	-	-
Resultado abrangente do exercício	319.751	247.776	-	-

(1) Contempla os efeitos descritivos na nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	2012		2011 (1)	
	2012	2011 (1)	2012	2011 (1)
Lucro antes dos tributos	449.494	336.625	-	-
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Amortização	119.546			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Demonstração do valor adicionado

	2011		
	Apresentado	Ajustes	Ajustado
1 - Receita	3.455.478	-	3.455.478
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.789.670)	-	(1.789.670)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.665.808	-	1.665.808
4 - Retenções	(122.418)	-	(122.418)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.543.389	-	1.543.389
6 - Valor adicionado recebido em transferência	64.840	10.509	75.349
6.1 Receitas financeiras	64.840	10.509	75.349
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.608.229	10.509	1.618.738
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	90.007	-	90.007
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.134.065	3.573	1.137.638
8.2.1 Federais	499.421	3.573	502.994
8.2.2 Estaduais	634.396	-	634.396
8.2.3 Municipais	248	-	248
8.3 Remuneração de capital de terceiros	143.317	-	143.317
8.4 Remuneração de capital próprio	240.840	6.936	247.776
8.4.1 Juros sobre capital próprio			
(incluindo adicional proposto)	70.691	-	70.691
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	170.149	-	170.149
8.4.3 Lucros retidos	-	6.936	6.936
	<u>1.608.229</u>	<u>10.509</u>	<u>1.618.738</u>

(3) Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1 Contratos de concessão:** O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados a contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados, e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e após o seu reconhecimento inicial é remensurado pelas alterações nos fluxos de caixa estimados, tendo como contrapartida a conta de receita financeira no resultado do exercício (nota 2.6 - Ajuste e reclassificações nas demonstrações financeiras de 2011). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário atual, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através de alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Companhia para esta atividade, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.2 Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros: i. Registrados pelo valor justo por meio do resultado; são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício; ii. Mantidos até o vencimento; são ativos para os quais a Companhia possui intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria; iii. Empreéstimos e recebíveis; são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercados ativos. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável; iv. Disponíveis para venda; são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado financeiro, enquanto as variações para registro ao valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo. A Companhia tem como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se à sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível, uma vez que a indenização não será fixa ou determinável no momento e pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação, dadas outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão. **- Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado; São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado, ii. Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **- Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. O capital preferencial é classificado como capital no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. **3.3 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direitos de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura e pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: A. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ativo oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado da concessionária para o prazo remanescente da concessão. B. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão). Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.1. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. **3.4 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros

projetados. A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: • Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado. • Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado. Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, qualquer aumento no valor justo é reconhecido em outros resultados abrangentes. **- Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do ativo, ou o seu valor em uso. Uma das formas utilizadas para avaliação do *impairment*, são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificado um problema de realização, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. **3.5 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.6 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. Os planos possuem as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia utilizava-se do corredor para evitar que oscilações nas condições macroeconômicas distorcessem o resultado do exercício. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras, a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e o ativo dos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado nos exercícios seguintes pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.7 Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, estes serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos intermediários na data-base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio são contabilizados a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. **3.8 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço for efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada ("preço fixo"), sendo as perdas, caso existam, reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **3.9 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ações incorporadas, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. **3.11 Ativos e passivos regulatórios:** Em consonância com o entendimento do CPC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras a partir do momento que forem reconhecidas nas tarifas de energia, com base nas revisões tarifárias efetuadas pelo poder concedente e quando do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos. **3.12 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente nem todos estes pronouncements foram normalizados pelo CPC, mas considerando o memorando de entendimento entre CPC e IASB espera-se que estes pronunciamentos sejam editados no Brasil. Conseqüentemente, a Companhia não os adotou para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. • Alterações à IAS 1 *Presentation of Financial Statements* (Apresentação das demonstrações financeiras). Permite apresentar o resultado do exercício e o resultado abrangente em uma única ou em duas demonstrações e exige divulgações adicionais quanto à segregação de itens do resultado abrangente que (i) serão reclassificados posteriormente para a demonstração do resultado e (ii) itens que não serão reclassificados.

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012. A Administração está analisando os efeitos destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes. • Alterações à IAS 19 *Employee Benefits* (CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados). Alterações na contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão, sendo as principais: a) eliminação do "método do corredor"; b) reconhecimento imediato no resultado dos custos de serviços passados; c) reconhecimento dos ganhos e prejuízos atuariais em outros resultados abrangentes, conforme ocorreram; e d) substituição das despesas com juros e do retorno esperado sobre os ativos do plano por um valor de "juros líquido", apurado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. Adoção aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. O efeito estimado pela Administração, em avaliação preliminar da adoção inicial destas modificações no exercício de 2013, seria uma redução do patrimônio líquido da Companhia, em 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$ 36.339 (aumento no patrimônio líquido de R\$ 19.076 em 1º de janeiro de 2012). Esta revisão, do CPC 33 também ocasionará uma alteração no reconhecimento de despesa atuarial ao longo de 2013, com esta nova metodologia introduzida em 2013, a previsão de despesa atuarial é de R\$ 2.669 (nota 16), contra uma receita R\$ 297 caso o antigo pronunciamento continuasse em vigor. • Alterações à IFRS 7 e IAS 32 - *Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities*. As alterações à IAS 32 esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros e as alterações à IFRS 7 introduzem novos requisitos de divulgação para ativos e passivos financeiros que são compensados no balanço patrimonial. As modificações da IFRS 7 são aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, enquanto as alterações à IAS 32 são aplicadas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Administração está analisando o efeito destas alterações e, com base em análise preliminar, não espera impactos relevantes. • IFRS 9 *Financial Instruments*. Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados entre duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado, classificação essa efetuada no reconhecimento inicial do instrumento financeiro e cuja base depende do modelo de negócios no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, a principal alteração quanto às exigências já estabelecidas pela IAS 39 refere-se aqueles reconhecidos ao valor justo através do resultado, nos quais a variação de valor justo atribuída a mudanças no risco de crédito é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, exceto quando esse registro resultar em um descasamento contábil no resultado. A adoção é aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Companhia está analisando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma. • IFRS 13 *Fair Value Measurement* (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo). Estabelece definição de valor justo e apresenta uma estrutura conceitual para sua respectiva mensuração e exigências de divulgação. Sujeita a exceções limitadas, a norma se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A aplicação desta norma é efetiva a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia está analisando os impactos dessas alterações nas demonstrações financeiras. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(4) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através do modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30). Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na reavaliação ao preço de mercado da infraestrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. A Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013), estabeleceu que, para aquelas concessões cujo prazo vence até 2017, o cálculo do valor da indenização no momento da reversão dos ativos utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamentação do poder concedente. Para as demais concessões que se encerram após 2017, a Administração da Companhia acredita, de forma similar à estabelecida pela MP nº 579, que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de valorização dos ativos utilizando a metodologia do valor novo de reposição. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Saldos bancários	13.041	18.006
Aplicações financeiras	306.729	64.180
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.938	-
Certificado de depósito bancário (b)	20.108	-
Fundos de investimento (c)	284.683	64.180
Total	319.770	82.186

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação de CDB, a uma média de remuneração de 20% da variação do CDI. b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). c) Representa valores aplicados em Fundo Exclusivo e têm como características aplicações pós-fixadas atreladas ao CDI em títulos públicos federais, CDB's, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte, com liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(6) Consumidores, concessionárias e permissórias

Circulante	Saldos Vencidos			Total	
	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2012		
Classes de consumidores					
Residencial	85.507	34.657	7.014	127.178	114.558
Industrial	28.177	13.599	6.475	48.251	70.523
Comercial	41.980	9.468	2.750	54.198	50.226
Rural	18.012	2.988	559	21.569	20.679
Poder público	7.232	1.854	129	9.215	8.022
Iluminação pública	6.757	981	12.950	20.688	17.963
Serviço público	6.945	147	24	7.116	7.172
Faturado	194.610	63.704	29.901	288.215	289.143
Não faturado	108.314	-	-	108.314	67.812
Parcelamento de débito de consumidores	16.913	1.974	3.573	22.460	22.005
Energia livre	67	-	-	67	67
Operações realizadas na CCEE	9.889	-	-	9.889	-
Concessionárias e permissórias	5.228	-	-	5.228	11.728
Arrecadação em processo de classificação	-	-	-	-	(53)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(19.927)	(19.927)	(12.287)
Outros	148	-	-	148	-
Total	335.169	65.678	13.547	414.395	378.414
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	54.717	-	-	54.717	58.453
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.800)	-	-	(5.800)	-
Total	48.917	-	-	48.917	58.453

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos de consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com intervenção bancária. Com base na melhor estimativa da Administração, os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídos provisões para créditos de liquidação duvidosa. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")** - A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa esta demonstrada a seguir:



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	Outros créditos (Nota 11)	Total
Saldo em 01/01/2011	(9.388)	(1.171)	(10.559)
Provisão constituída	(2.899)	(872)	(3.771)
Baixa perda definitiva	(10.458)	(10)	(10.468)
Baixa de contas a receber provisionadas	10.458	501	10.959
Saldo em 31/12/2011	(12.287)	(1.552)	(13.839)
Provisão constituída	(13.440)	(5.459)	(18.900)
Baixa perda definitiva	(15.262)	(708)	(15.970)
Baixa de contas a receber provisionadas	15.262	785	16.047
Saldo em 31/12/2012	(25.727)	(6.934)	(32.661)
Circulante	(19.927)	(5.762)	(25.689)
Não circulante	(5.800)	(1.172)	(6.973)

(7) Tributos a compensar

	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	356	2.366
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.027	4.623
ICMS a compensar	20.109	16.800
Programa de integração social - PIS	231	174
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.067	805
Total	26.790	24.769
Não circulante		
ICMS a compensar	29.232	22.511
Total	29.232	22.511

ICMS a compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que serão reconhecidos como ativo financeiro da concessão e intangíveis.

(8) Despesas pagas antecipadamente

	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011
Subsídio baixa renda	13.938	1.068
Outros	2.345	538
Total	16.283	1.606

(9) Créditos fiscais diferidos

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2012	31/12/2011
Crédito de contribuição social		
Benefício fiscal do ágio incorporado	34.268	37.714
Diferenças temporariamente indedutíveis	14.780	10.972
Subtotal	49.048	48.686
Crédito de imposto de renda		
Benefício fiscal do ágio incorporado	141.518	155.750
Diferenças temporariamente indedutíveis	41.055	30.477
Subtotal	182.574	186.227
Crédito de PIS e COFINS		
Diferenças temporariamente indedutíveis	4.451	226
Total	236.073	235.139

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado: Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado da Companhia durante o prazo remanescente da concessão. No exercício de 2012, a taxa anual de amortização aplicada foi de 6,69%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	31/12/2012			31/12/2011		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.462	12.395	–	3.949	10.969	–
Entidade de previdência privada	331	919	–	342	950	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.018	8.382	–	1.103	3.065	–
Programas de P&D e eficiência energética	3.625	10.067	–	3.816	10.598	–
Provisão relacionada a pessoal	772	2.134	–	292	800	–
Instrumentos financeiros (CPC)	398	1.104	–	35	97	–
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	3.816	10.601	–	4.074	11.315	–
Estorno de ativos e passivos regulatórios (CPC)	3.768	10.468	4.451	200	555	226
Perdas atuariais na transição de práticas contábeis (CPC)	644	1.790	–	644	1.790	–
Outros	1.097	3.059	–	96	280	–
Diferenças temporariamente indedutíveis - Reserva de avaliação patrimonial						
Registro da concessão - ajuste do financeiro (CPC)	(7.151)	(19.864)	–	(3.580)	(9.943)	–
Total	14.780	41.055	4.451	10.972	30.477	226

9.4 - Previsão de recuperação: A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do ágio incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da sua controladora CPFL Energia, e sua composição é como segue:

	2012		2011	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
2013			34.811	
2014			26.091	
2015			25.601	
2016			17.668	
2017			16.714	
2018 a 2020			41.876	
2021 a 2023			32.488	
2024 a 2027			40.825	
Total			236.073	

9.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2012 e 2011:

	2012		2011	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	449.494	449.494	336.625	336.625

	2012	2011
Ajustes para retribuição de alíquota efetiva:		
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.241)	(4.201)
Despesa de juros sobre o capital próprio	(67.744)	(70.692)
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	4.658	1.214
Base de cálculo	384.167	262.946
Alíquota aplicável	9%	9%
Total	(34.575)	(23.665)
Corrente	(34.937)	(33.238)
Diferido	362	(9.844)
Total	(34.575)	(23.665)

(*) Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.6.
(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

(10) Ativo financeiro da concessão

	164.241
Saldo em 01/01/2011	164.241
Adições	52.211
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	10.509
Baixas	(30)
Saldo em 31/12/2011	226.930
Adições	159.168
Efeito da alteração das taxas de amortização	121.924
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	39.964
Baixas	(1.085)
Saldo em 31/12/2012	546.901

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão da Companhia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao poder concedente no término da concessão. Em 04 de fevereiro de 2012, através da Resolução Normativa nº 474, a ANEEL revisou as taxas de amortização para os ativos do setor elétrico. As novas taxas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e, em média, aumentaram a vida útil dos ativos de distribuição de energia elétrica. No entendimento da Administração da Companhia, esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados. Portanto, a Companhia, com base nas novas vidas úteis estipuladas pelo órgão regulador, efetuou o recálculo estimado do ativo financeiro em 1º de janeiro de 2012, correspondente ao novo valor reversível dos ativos ao final da concessão, que será recuperado diretamente do Poder Concedente. Como consequência, o montante de R\$ 121.924 foi registrado como incremento ao ativo financeiro. Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração do ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das

contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor novo de reposição ("VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do exercício. As baixas ocorridas em 2012 incluem o montante de R\$ 1.085 relacionado a baixas decorrentes de inventário físico realizado em função da implementação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCPSE (Resolução nº 367 de 2 de junho de 2009), na Companhia, registrado no exercício de 2012 em outras despesas financeiras (nota 26).

(11) Outros créditos

	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento - fornecedores	1.581	3.482
Cauções, fundos e depósitos vinculados	299	363
Ordens em curso	44.140	28.822
Serviços prestados a terceiros	1.155	223
Arrendamento mercantil	2.965	3.117
Convênios de arrendação	8.975	8.473
Bens destinados à alienação	3.537	4.605
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.762)	(1.552)
Outros	6.061	6.294
Total	62.952	53.826

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE. **Ordens em curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos programas de eficiência energética ("PEE"), instituídos pelas resoluções nº 300/2008, e Pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), instituídos pela Resolução Normativa ANEEL nº 316/2008, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/2012. Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 20). **Serviços prestados a terceiros** - Compreendem, basicamente, contas a receber referentes a serviços prestados a consumidores, relacionados à distribuição de energia elétrica. **Convênios de arrendação** - Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(12) Intangível

	Direito de concessão				Total
	Adquirido em negócio	Infraestrutura de distribuição em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 01/01/2011	380.711	1.044.702	122.188	23.616	1.571.217
Custo histórico	1.120.266	2.022.293	122.188	47.612	3.312.359
Amortização acumulada	(739.555)	(977.591)	–	(23.996)	(1.741.142)
Adições	–	2.174	256.963	–	259.137
Amortização	(18.804)	(101.489)	–	(2.125)	(122.418)
Transfêrencia - intangíveis	–	108.320	(93.811)	(14.509)	–
Transfêrencia - ativo financeiro	–	–	(52.211)	–	(52.211)
Baixa e transfêrencia para outros ativos	–	576	–	–	576
Saldo em 31/12/2011	361.907	1.054.283	233.129	6.982	1.656.301

(14) Encargos de dívidas, empréstimos e financiamentos

Mensuradas ao custo Moeda nacional BNDIS - investimento	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/12/2012		31/12/2011	
				Encargos circulante e não circulante	Principal	Encargos circulante e não circulante	Principal
FINAME	Pré-fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia S.A.	24	2.007	12.043	31
FINAME	Pré-fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária	1	59	344	–
FINEM V	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	316	20.247	82.417	1.465
FINEM V	Pré-fixado 5,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	266	2.649	20.470	197
FINEM IV	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	268	40.669	40.668	485
FINEM VI	TJLP + 2,06 a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	257	–	85.000	–
FINEM VI	Pré-fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	159	93	51.419	–
FINEM III	TJLP + 5,0%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	–	–	104	22.325
Instituições financeiras							
Banco do Brasil - capital de giro	98,5% do CDI (*)	04 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia S.A.	35.138	94.975	42.552	37.073
Banco do Brasil - capital de giro	99,0% do CDI (**)	02 parcelas anuais a partir de março de 2013	Aval da CPFL Energia S.A.	9.929	26.183	26.880	4.898
Outros							
Eletrobrás	RGR + 6,0%	120 parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Recebíveis e Notas Promissórias	70	2.262	11.833	81
Fundação ELETROCEEE	INPC + 9,0%	180 parcelas mensais a partir de agosto de 1997	Recebíveis	–	–	–	2.406
Total moeda nacional - mensuradas ao custo Moeda estrangeira				46.428	189.144	373.626	44.334
Instituições financeiras							
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (***)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	585	–	148.268	–
J.P. Morgan	US\$ + 2,64%	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.188	–	100.026	–
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				1.773	–	248.294	–
Total				48.201	189.144	621.920	44.334

RGR: Reserva global de reversão
CDI: Certificado de depósito interfinanceiro

(*) Taxa efetiva 98,5% do CDI + 2,5% TJLP; Taxa de juros de longo prazo

(**) Taxa efetiva 99,0% do CDI + 2,38%

(***) Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a 108,0% do CDI a.a.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) outros passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. As mudanças dos valores justos destas dívidas estão reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. A perda obtida na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 9.404, associada ao ganho de R\$ 4.685 obtida com a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, contratado para proteção da variação cambial (nota 30), estão gerando uma perda de R\$ 4.719. **Captações no exercício:** **BNDIS - Investimento (FINAME)** - A Companhia contratou financiamento junto ao BNDIS em 2012, no montante de R\$ 443, por meio da linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico. **BNDIS - (FINEM V)** - A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDIS em 2010, no montante de R\$ 167.861, que fazia parte de uma linha de crédito do FINEM, a qual seria aplicada na implementação do plano de investimento para o segundo semestre de 2010 e do ano de 2011. No primeiro trimestre de 2012, a Companhia recebeu o montante de R\$ 12.839 e o saldo remanescente de R\$ 92.890 foi cancelado. **BNDIS - (FINEM VI)** - A Companhia obteve a aprovação de financiamento em 2012, no montante de R\$ 274.997, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada no plano de investimento da Companhia nos anos 2012/2013. Em 2012 a Companhia recebeu o montante de R\$ 136.512 (R\$ 136.218 líquida dos gastos de contratação), e o saldo remanescente está previsto para ser liberado até o término do primeiro trimestre de 2014. **Banco Citibank** - Em abril de 2012, a Companhia contratou financiamento em moeda estrangeira, no valor de R\$ 128.590, para reforço de capital de giro. **Banco J.P. Morgan** - Em julho de 2012, a Companhia contratou financiamento em moeda estrangeira no valor de R\$ 94.410, para reforço de capital de giro. Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2013	131.219
2014	68.827
2015	143.585
2016	190.350
2017	28.917
Após 2017	49.617
Subtotal	612.516
Marcação a mercado	9.404
Total	621.920

	Direito de concessão				Total
	Adquirido em negócio	Infraestrutura de distribuição em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso	Outros ativos intangíveis	
Custo histórico	1.120.266	2.099.462	233.129	33.103	3.485.960
Amortização acumulada					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

principalmente a inclusão dos principais ativos e passivos regulatórios. Diversos empréstimos e financiamentos estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da controladora ou na estrutura societária da Companhia, que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da controladora, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da controladora, exceto se ao menos um dos acionistas (Camargo Corrêa e Previ) permanecer direta ou indiretamente no bloco de controle da controladora. Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

(15) Debêntures e encargos de debêntures

Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/12/2012			31/12/2011				
					Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante		
3ª Emissão												
1ª Série	1	CDI + 0,60% (1)	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	184	33.333	-	33.517	609	33.333	33.333	67.275
2ª Série	1	CDI + 0,60% (2)	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	3.383	46.667	-	50.050	7.950	46.667	46.667	101.284
3ª Série	1	CDI + 0,60% (3)	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	767	13.333	-	14.100	1.848	13.333	13.333	28.514
4ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	511	16.667	-	17.178	1.226	16.667	16.667	34.560
5ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	511	16.667	-	17.178	1.226	16.667	16.667	34.560
Série Única	700	CDI + 1,30% (1,43%)	Parcela única em junho de 2016	Fiança da CPFL Energia	424	-	-	69.766	681	-	-	69.699
Série Única	500	CDI + 0,80% (0,88%)	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	19.928	-	-	498.306	-	-	-	518.234
Total					25.708	126.667	568.072	720.447	13.540	126.667	196.366	336.573

A Companhia possui operações de "swap", convertendo a remuneração das debêntures da 3ª emissão de "100,0% do CDI + spread de 0,60%" para "o CDI" correspondente a: (1) 105,07% do CDI; (2) 104,85% do CDI; (3) 104,90% do CDI; (4) 104,87% do CDI.

Captação no exercício: 6ª Emissão: Em julho de 2012, foram subscritas e integralizadas 500 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirográfica. O valor nominal unitário de cada debênture na data da emissão foi de R\$ 1.000, o que gerou uma captação total de R\$ 500.000 (R\$ 498.199 líquido dos gastos com emissão). O objetivo desta emissão foi o refinanciamento das dívidas vinculadas durante 2012 e 2013 e reforço de capital de giro. A controladora presta garantia através de fiança. O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2016	69.766
2017	149.486
2018	149.486
Após 2018	199.334
Total	568.072

Condições restritivas: A 3ª emissão não possui cláusulas restritivas. A 5ª e 6ª emissões das debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes: • Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25; A definição de EBITDA para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração principalmente a inclusão dos principais ativos e passivos regulatórios. As debêntures estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária da Controladora que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia. O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*) dependendo de cada contrato. No entendimento da administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

(16) Entidade de previdência privada

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para os colaboradores que tiveram seus contratos sub-rogados da Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE em 1997, e para os colaboradores admitidos a partir de 1997 foi implantado, em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência e as regras de ambos os planos estão previstas no estatuto da Fundação, no regulamento do plano e no contrato de previdência complementar, respectivamente. **16.1 - Características:** a) Para os colaboradores que tiveram seus contratos sub-rogados, o plano tem como principais características: a) O plano é único da Companhia, com patrimônio individualizado por segregação virtual (cotas); b) BD - benefício definido, a responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia; c) O plano está fechado para novos participantes desde 1997; d) As contribuições são paritárias, de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada mensalmente; e) A base de cálculo para as contribuições para os ativos é a mesma base do salário de contribuição ao INSS, e para os aposentados é o valor definido pela Fundação CEEE; f) O quadro de participantes é composto por colaboradores Ativos, Complementados e Assistidos. b) Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, o plano tem como principais características: a) O plano é na modalidade PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre; b) CD - contribuição definida, não gera qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia; c) O plano está aberto para novos participantes de acordo com as regras de adesão; d) As contribuições são de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada anualmente com o índice do acordo coletivo; e) A contribuição da Companhia é de 150% sobre a contribuição do participante.

16.2 - Movimentações do plano de benefício definido:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	298.014	234.457
Valor justo dos ativos do plano	(271.878)	(218.799)
Valor presente das obrigações líquidas	26.136	15.658
Perdas atuariais não reconhecidas	(36.339)	(19.074)
Ativo atuarial líquido reconhecido no balanço	(10.203)	(3.416)

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor justo das obrigações atuariais em 01/01/2011	207.759	(245.537)
Custo do serviço corrente bruto	1.221	-
Rendimento esperado no ano	-	(22.423)
Juros sobre obrigação atuarial	20.742	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	701	(701)
Contribuições de patrocinadoras	-	(4.072)
Perda atuarial	14.784	43.184
Benefícios pagos no ano	(10.750)	10.750
Valor justo das obrigações atuariais em 31/12/2011	234.457	(218.799)
Custo do serviço corrente bruto	1.176	-
Rendimento esperado no ano	-	(26.429)
Juros sobre obrigação atuarial	23.599	-
Contribuições de participantes vertidas no ano	947	(947)
Contribuições de patrocinadoras	-	(5.132)
Perda (ganho) atuarial	51.673	(34.409)
Benefícios pagos no ano	(13.838)	13.838
Valor justo das obrigações atuariais em 31/12/2012	298.014	(271.878)

16.3 - As movimentações ocorridas no ativo líquido são as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo atuarial líquido no início do exercício (Receita) despesas reconhecidas na demonstração do resultado	(6.555)	6.406
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(5.132)	(4.072)
Ativo atuarial líquido no final do exercício	(10.203)	(3.416)
Não circulante	(20.203)	(3.416)

16.4 - Reconhecimento das receitas e despesas com entidade de previdência privada: A estimativa do atuário externo para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2013 (já contemplando alterações do CPC 33 - nota 2) e as despesas reconhecidas em 2012 e em 2011 são como seguem:

	2013 Estimadas	2012 Realizadas	2011 Realizadas
Custo do serviço	654	1.176	1.221
Juros sobre obrigações atuariais	25.510	23.599	20.742
Rendimento esperado dos ativos do plano	(23.495)	(26.430)	(22.423)
Reconhecimento do ativo (limitado ao parágrafo 58-b)	-	-	6.916
Total da despesa (receita)	2.669	(1.655)	6.456

	31/12/2012			31/12/2011		
	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
16.5 - As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:						
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	8,78% a.a.			10,35% a.a.		
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	8,78% a.a.	10,24% a.a.		6,69% a.a.	6,69% a.a.	
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,69% a.a.	6,69% a.a.		0,0% a.a.	0,0% a.a.	
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a.a.	0,0% a.a.				
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,60% a.a.	4,6% a.a.		4,60% a.a.	4,6% a.a.	
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83		AT-83	AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Mercer Disability	Light Média		Mercer Disability	Light Média	
Taxa de rotatividade esperada:	0,3/(Tempo de Serviço + 1)	0,3/(Tempo de Serviço + 1)		100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	

Probabilidade de ingresso na aposentadoria

16.6 Complementação da aposentadoria por tempo de serviço: Adicionalmente por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE, que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes e repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12% a.a., cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.856 (R\$ 2.536 em 31 de dezembro de 2011). **16.7 - Ativos do plano:** A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, administrados pela Fundação ELETROCEEE. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2013, obtidos à luz do cenário macro-econômico em dezembro de 2012.

	Em 31 de dezembro 2012	2011	Meta de alocação 2013
Aplicação de renda fixa	63%	65%	61%
Renda variável	23%	24%	20%
Imóveis	13%	9%	15%
Outros	1%	2%	4%
Total	100%	100%	100%

A meta de alocação para 2013 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação ELETROCEEE, efetuada ao final de 2012 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2013, à luz de mudanças das situações macroeconômicas ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos desenvolvida na Fundação ELETROCEEE visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Uma das principais ferramentas utilizadas para atingir os objetivos da gestão é o ALM (Asset Liability Management - Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos), que suporta a base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos. Tais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo. **Risco de investimento:** Os fundos de pensão brasileiros estão sujeitos a restrições com relação a investimentos em ativos estrangeiros. Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP, que é o índice de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido). Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Fundação ELETROCEEE utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, Tracking Risk, Tracking Error e Stress Test. A Política de Investimentos da Fundação ELETROCEEE impõem restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(17) Taxas regulamentares

	31/12/2012	31/12/2011
Reserva global de reversão - RGR	3.696	7.962
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	419	385
Conta de consumo de combustível - CCC	5.666	10.241
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.307	6.836
Total	17.088	25.424

(18) Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	18.085	18.496
Programa de integração social - PIS	2.735	2.458
Contribuição para financiamento da seguridade social - CO-FINS	12.598	11.317
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.511	1.785
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.930	1.645
Outros	8.413	6.854
Total	62.272	42.555

(19) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Diversos	15.842	45.975	11.378	47.366
Cíveis				
Danos pessoais	3.349	18.215	4.429	12.831
Majoração tarifária	1.215	-	1.198	-
Outras	5.433	448	5.786	448
	9.997	18.663	11.413	13.279
Fiscais				
Imposto de renda	19.300	-	20.223	-
Outras	138	3.148	113	2.812
	19.438	3.148	20.336	2.812
Outros	3.077	18.396	3.077	16.008
Total	48.354	86.182	46.204	79.465

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e dos depósitos judiciais, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Reversões	Paga-mentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Trabalhistas	11.378	12.613	-	(8.149)	-	15.842
Cíveis	11.413	4.040	(1.100)	(4.355)	-	9.997
Fiscais	20.336	206	(1.312)	-	208	19.438
Outros	3.077	-	-	-	-	3.077

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	31/12/2011	Adições	Reversões	Paga-mentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Depósitos Judiciais	79.465	23.626	(5.834)	(11.076)	-	86.182

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a) Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações). Do total de reclamações na justiça, cerca de 50% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou trabalharam por força de transferência de seus contratos de trabalho. Para as demais causas, 32% oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 18% advêm de reclamações ajuizadas por terceiros. **b) Cíveis:** Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n°s 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". **Outras** - Referem-se, principalmente, aos autos de infração lavrados em razão do aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, e ao aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, ambos não submetidos à anuência prévia da ANEEL, e ainda, a ações diversas a que a Companhia responde envolvendo órgãos públicos e consumidores. **c) Fiscais: Imposto de renda:** Pedido de suspensão da eficácia das decisões da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE); **d) Perdas possíveis** - A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2012 estavam assim representadas basicamente por: (i) trabalhista R\$ 64.281 (R\$ 71.422 em 2011) relacionadas basicamente por reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações); (ii) cíveis R\$ 166.969 (R\$ 159.165 em 2011) representadas basicamente por danos pessoais, classificação tarifária, ações coletivas e impactos ambientais; (iii) fiscais R\$ 538.842 (R\$ 478.863 em 2011), com destaque para: (a) execução fiscal R\$ 413.179, que discute débitos fiscais relativos a fatos geradores ocorridos entre 1999 a 2003, decorrentes de excesso de amortização de ativo, excesso de depreciação de bens submetidos à reavaliação e valores relacionados a atualização monetária da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gereáveis (CVA), que foram excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, b) processos administrativos R\$ 102.848, que visam obter valores de IRPJ e CSLL, discutindo o montante de prejuízo fiscal utilizado em 2004, 2006 e 2007 e (iv) questões regulatórias R\$ 12.088 (R\$ 12.088 em 2011). A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre seus resultados futuros.

(20) Outras contas a pagar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Consumidores e concessionárias	6.190	8.554	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	34.278	25.858	2.313	3.878
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	23.928	11.230	5.470	14.830
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	877	199	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	438	367	-	-


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$ 32.398 (R\$ 27.539 líquido de IRRF), sendo atribuídos para cada ação o valor de R\$ 0,039402340 (R\$ 0,033491989 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R\$ 0,0433422575 (R\$ 0,036841188 líquido de IRRF) para ações preferenciais referentes aos resultados do segundo semestre de 2012. b) declaração de dividendo no montante de R\$ 123.645, atribuindo-se para cada ação o valor de R\$ 0,150377204 para ações ordinárias e R\$ 0,165414924 para ações preferenciais, conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	319.751
Resultados de exercícios anteriores (nota 2.6)	26.250
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	(52.441)
Lucro líquido base para destinação	293.560
Dividendos intermediários	(102.171)
Juros sobre o capital próprio - intermediários	(35.346)
Juros sobre capital próprio - proposto	(32.398)
Dividendo adicional proposto	(123.645)

(22) Lucro por ação

Lucro por ação - básico e diluído: O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 2012 e 2011 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2012	2011⁽¹⁾
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	319.751	247.776
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	656.502.720	656.502.720
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	150.665.862	150.665.862
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,39	0,30
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,43	0,33

⁽¹⁾ Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.6.

Nos exercícios de 2012 e 2011 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação, que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) Receita operacional líquida

Classe de consumidores	Nº de consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011 (*)	2012	2011
Residencial	1.071.761	1.030.494	2.116	2.004	1.214.698	1.085.464
Industrial	15.827	16.190	1.839	2.127	712.100	776.389
Comercial	114.119	113.460	1.302	1.217	706.915	628.266
Rural	138.762	140.432	657	607	188.046	169.411
Poderes públicos	11.313	10.950	149	142	83.141	76.661
Iluminação pública	302	297	244	238	69.368	64.875
Serviço público	2.082	2.001	222	207	88.644	79.473
Fornecimento faturado	1.354.166	1.313.824	6.529	6.544	3.062.912	2.880.541
Consumo próprio	-	-	4	4	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	24.979	(10.524)
Encargos emergenciais - ECE/EAEE	-	-	-	-	-	2
Reclassificação da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.541.144)	(1.480.908)
Fornecimento de energia elétrica	1.354.166	1.313.824	6.533	6.548	1.546.749	1.389.140
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	-	-	1.157	1.074
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	385	37
Suprimento de energia elétrica	1.354.166	1.313.824	6.533	6.548	1.82.578	122.086
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	1.541.144	1.480.908
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	212.589	182.624
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	348.478	244.724
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	51.757	50.237
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	2.153.968	1.958.492
Total da receita operacional bruta	-	-	-	-	3.883.295	3.469.718

Deduções da receita operacional

ICMS	(680.749)	(633.809)
PIS	(54.573)	(53.072)
COFINS	(251.367)	(244.455)
Reserva global de reversão - RGR	(32.420)	(26.873)
Conta de consumo de combustível - CCC	(95.437)	(116.413)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(87.680)	(82.038)
Programa de P&D e eficiência energética	(31.126)	(27.438)
PROINFA	(8.023)	(6.131)
Encargos emergenciais (ECE/EAEE)	(2)	(30)
	(1.241.378)	(1.190.260)
	2.641.916	2.279.458

Receita operacional líquida

^(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Em consonância com o Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia efetuou a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica "Fornecimento de Energia Elétrica", atividade de Comercialização para "Outras Receitas Operacionais", atividade de Distribuição, sob o título de "Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo". Conforme Resolução Homologatória nº 1.294, de 05 de junho de 2012, a ANEEL fixou o reajuste das tarifas da Companhia, em média, em 11,51% (17,21% em 2011), correspondendo a um efeito médio de 3,38% (6,74% em 2011) percebido pelos consumidores cativos.

(24) Custo com energia elétrica

Energia comprada para revenda	GWh		R\$ mil	
	2012	2011 (*)	2012	2011
Energia de Itaipu Binacional	1.879	1.889	197.394	169.497
Energia de curto prazo	403	37	40.399	37.162
PROINFA	201	209	35.844	30.460
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	6.880	6.652	991.938	923.049
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(117.066)	(101.614)
Subtotal	9.363	8.787	1.148.509	1.058.555
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	-	-	199.054	181.542
Encargos de transporte de Itaipu	-	-	16.816	15.715
Encargos de conexão	-	-	36.626	34.828
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	39.011	3.759
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	15.764	6.610
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(28.423)	(25.357)
Subtotal	-	-	278.848	217.097
Total	-	-	1.427.357	1.275.651

^(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(25) Custo e despesas operacionais

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional						
	2012	2011	2012	2011	Vendas		Gerais e administrativas		Outros	Total	
					2012	2011	2012	2011			
Pessoal	40.109	36.533	-	-	27.415	25.820	14.530	18.200	-	82.054	80.553
Entidade de previdência privada	(1.655)	6.456	-	-	-	-	-	-	-	(1.655)	6.456
Materiais	12.517	9.403	64	23	2.033	1.730	1.928	4.860	-	16.541	16.016
Serviços de terceiros	31.281	33.860	59	18	18.213	15.705	43.440	40.828	-	92.993	90.411
Amortização	88.965	90.414	-	-	981	935	10.141	8.734	-	100.087	100.083
Costos com construção da infraestrutura	-	-	348.478	244.724	-	-	-	-	-	348.478	244.724
Outros	(619)	648	-	-	45.828	26.091	29.715	18.798	36.067	110.991	68.135
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	10.075	10.685	-	-	-	10.075	10.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	34.870	14.240	-	-	-	34.870	14.240
Arrendamentos e aluguéis	-	2	-	-	1	2.708	2.893	-	-	2.708	2.896
Publicidade e propaganda	-	3	-	-	11	30	2.181	797	-	2.193	830
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	22.424	17.199	-	-	22.424	17.199
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	838	737	234	278	-	1.072	1.015
Perda/(Ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	11.754	(576)	(576)
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	19.459	18.804	19.459
Outros	(619)	643	-	-	33	398	2.167	(2.370)	-	1.581	(1.328)
Total	170.598	177.313	348.601	244.765	94.470	70.282	99.753	91.420	36.067	22.599	749.488
											606.378

(26) Resultado financeiro

	2012	2011 ⁽¹⁾
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	22.932	19.492
Acréscimos e multas moratórias	45.257	38.713
Atualização de créditos fiscais	522	210
Atualizações monetárias e cambiais	4.477	2.948
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	39.964	10.509
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.166	2.647
Outros	978	829
Total	115.295	75.349
Despesas		
Encargos de dívidas	(97.347)	(119.239)
Atualizações monetárias e cambiais	(16.049)	(5.456)
Multa indicadores regulatórios	(9.190)	(7.900)
(-) Juros capitalizados	4.194	7.369
Outros	(12.481)	(10.928)
Total	(130.873)	(136.153)
Resultado financeiro	(15.577)	(60.804)

⁽¹⁾ Contempla os efeitos descritos na nota explicativa 2.6.

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 8,32% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20.

(27) Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como principais acionistas as seguintes Companhias: • VBC Energia S.A., ESC Energia S.A. e Camargo Corrêa S.A. Companhias controladas pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros. • Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações. Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV. • Bonaire Participações S.A. Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações. • Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações. Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. • Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 27.2 e 27.3. **27.1** As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo um dos administradores o BB DTVM. **b) Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto ao Banco do Brasil, conforme condições descritas nas notas 14 e 15. **c) Outras operações financeiras** - Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. O saldo registrado no passivo compreende basicamente os direitos sobre o processamento da folha de pagamentos que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. **d) Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. **e) Outras receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia. **f) Compra e venda de energia no mercado regulado** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL. Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2012, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.277. Este valor é composto por R\$ 1.880 referentes a benefícios de curto prazo, R\$ 66 de benefícios pós-emprego, e R\$ 331 de outros benefícios de longo prazo, e foram registrados pelo regime de competência. **27.2** Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	2012	2011
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	1.110	1.055	-	-	371	2.841	-	4
Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	235.657	325.484	-	-	23.667	32.508
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	534	1.246	712	712	635	491
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Brasil Telecom S.A.	-	-	127	15	-	-	627	786
TOTVS S.A.	-	-	19	-	-	-	314	136
Outras receitas								
Brasil Telecom S.A.	2.009	1.886	-	-	12.051	11.316	-	-

^(*) Trata-se do valor a custo.

27.3 Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	2012	2011
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	110	102
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	6	6	-	-	11	7	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	7	-	-	-	55	40
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	106.457	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviços								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	70	-		



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



Companhia Aberta

www.cpfll.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segundo o plano anual da operação energética - PEN 2012, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia elétrica para o ano de 2013 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia. Estes riscos podem ser mitigados gerando energia térmica de forma antecipada, utilizando os Procedimentos Operativos de Curto Prazo - POCF, ou por despacho antecipado autorizado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, deplecionando menos, assim, os reservatórios. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia, suportados por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

(30) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia (nota 3) são, como segue:

Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/12/2012		31/12/2011		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 1	174.712	174.712	82.186	82.186
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(a)	(2)	Nível 2	145.058	145.058	-	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 6)	(b)	(1)	n/a	463.311	463.311	436.867	436.867
Derivativos (nota 30)	(a)	(2)	Nível 2	17.800	17.800	409	409
Ativo financeiro da concessão (nota 10)	(d)	(2)	Nível 3	546.901	546.901	226.930	226.930
Outros ativos financeiros (**)	(b)	(1)	n/a	10.583	10.583	9.059	9.059
				1.358.365	1.358.365	755.452	755.452
Passivo							
Fornecedores (nota 13)	(e)	(1)	n/a	261.373	261.373	207.338	207.338
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	(e)	(1)	n/a	609.197	559.430	638.435	621.988
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	(a)	(2)	Nível 2	250.067	250.067	-	-
Debêntures - principal e encargos (nota 15)	(e)	(1)	n/a	720.447	742.528	336.573	340.585
Taxas regulamentares (nota 17)	(e)	(1)	n/a	17.088	17.088	25.424	25.424
Outros (**)	(e)	(1)	n/a	24.262	24.262	23.403	23.403
				1.882.434	1.854.748	1.231.172	1.218.737

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Outros ativos financeiros incluem: (i) Cauções, fundos e depósitos vinculados, (ii) Fundo vinculado a empréstimo em moeda estrangeira, (iii) Serviços prestados a terceiros e (iv) Convênios de arcação todos divulgados na nota 11.

(***) Outros passivos financeiros incluem: (i) consumidores e concessionárias, (ii) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (iii) Empresa de Pesquisa Energética - EPE e (iv) Convênio de arcação, todos divulgados na nota 20.

Legenda

Categoria:

(a) - Valor justo contra o resultado
 (b) - Empréstimos e recebíveis
 (c) - Mantidos até o vencimento
 (d) - Disponível para Venda
 (e) - Outros passivos financeiros

Mensuração:
 (1) - Mensurado ao custo amortizado
 (2) - Mensurado ao valor justo

a) Valorização dos instrumentos financeiros: Conforme mencionado na nota 4 o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. O CPC 40 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. A Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação entre exercícios e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício estão evidenciados na nota 10, não havendo efeito no patrimônio líquido. **b) Instrumentos Derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção *hedge* dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*:

	31/12/2012						
	Ativo	Valores de mercado (contábil) líquidos	Valores de mercado a custo, líquidos	Ganho na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Faixa de vencimento	Noci- Mercado de onal negociação
Estratégia/contrapartes							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo							
Hedge variação cambial							
Citibank	15.388	15.388	13.334	2.054	dólar	04/2012 a 04/2016	128.590
J.P. Morgan	2.085	2.085	(546)	2.631	dólar	07/2012 a 07/2016	94.410
Subtotal	17.473	17.473	12.788	4.685			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo							
Hedge variação de taxa de juros (1)							
Santander	244	244	19	225	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	93.333
Citibank	83	83	7	76	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	33.333
Total	17.800	17.800	12.814	4.986			
Circulante	327						
Não circulante	17.473						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide nota 14.

(1) Os *Swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nominal reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

	31/12/2011						
	Ativo	Valores de mercado (contábil) líquidos	Valores de mercado a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Faixa de vencimento	Noci- Mercado de onal negociação
Estratégia/contrapartes							
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo							
Hedge variação de taxa de juros (1)							
Santander	317	317	15	302	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	186.667
Citibank	93	93	4	89	CDI + spread	12/2011 a 12/2013	66.667
Total	410	410	19	391			
Circulante	312						
Não circulante	98						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide nota 14.

(1) Os *Swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nominal reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	DIRETORIA DE CONTABILIDADE
CARLOS MÁRCIO FERREIRA Presidente	LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO Diretor Presidente	ANTÔNIO CARLOS BASSALO Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP-085.131/O-8-S-RS
LORIVAL NOGUEIRA LUZ JUNIOR Vice-presidente	HÉLIO PUTTINI JUNIOR Diretor de Assuntos Regulatórios	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA Gerente de Contabilidade das Distribuidoras CT CRC 1SP-203.099/O-6
JOÃO ALBERTO SCHMIDT Conselheiro	LORIVAL NOGUEIRA LUZ JUNIOR Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	

os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado:

		Ganho	
	Conta contábil	2012	2011
Risco protegido/operação			
Variação de taxas de juros	Despesa financeira - operação de swap	498	217
Variação cambial	Despesa financeira - operação de swap	9.130	-
Marcação a mercado	Despesa financeira - ajuste a valor justo	4.596	168
Total		14.225	385

c) Análise de Sensibilidade: Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado: **c.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2012 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seriam:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Depreciação cambial de 4,9% (*)	Depreciação cambial de 25% (**)	Depreciação cambial de 50% (**)
Instrumentos financeiros passivos	(250.067)	alta dólar	(12.213)	(62.517)	(125.034)
Derivativos - <i>Swap plain vanilla</i>	250.067	alta dólar	12.213	62.517	125.034
Total					

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais da depreciação cambial aplicados são referentes à taxa de câmbio de 31/12/2012.

c.2) Variação das taxas de juros: Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2012 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base permaneçam estáveis (CDI 8,38% a.a. e TJLP 5,75% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seriam uma despesa financeira líquida de R\$ 81.462. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Elevação de índice em 25% (**)	Elevação de índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	306.729	alta CDI	(3.987)	6.426	12.852
Instrumentos financeiros passivos	(960.494)	alta CDI	12.486	(20.122)	(40.245)
Derivativos - <i>Swap plain vanilla</i>	(232.267)	alta CDI	3.019	(4.866)	(9.732)
Total	(886.032)		11.518	(18.562)	(37.125)
Instrumentos financeiros passivos	(270.215)	alta TJLP	2.027	(3.884)	(7.769)
Total do aumento	(270.215)		2.027	(3.884)	(7.769)
	(1.156.247)		13.545	(22.447)	(44.893)

(*) Os índices de CDI e TJLP considerados de: 7,08% e 5%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações em 31/12/2012.

d) Análise de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não-derivativos registrados em 31 de dezembro de 2012, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

	Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Mais de 12 meses	Mais de 5 anos	Total
31/12/2012		197.788	62.970	615	-	-	261.373
Fornecedores (nota 13)							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (nota 14)	7,53%	7.560	43.928	177.069	732.279	98.748	1.059.584
Debêntures - principal e encargos (nota 15)	7,95%	19.927	767	136.619	451.369	407.194	1.015.877
Taxas regulamentares (nota 17)		17.088	-	-	-	-	17.088
Outros (nota 20)		3.852	20.356	54	-	-	24.262
Consumidores e concessionárias		2.537	3.599	54	-	-	6.190
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		877	-	-	-	-	877
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		438	-	-	-	-	438
Convênio de arcação		-	16.757	-	-	-	16.757
Total		246.215	128.021	314.357	1.183.648	505.942	2.378.184

(31) Compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2012	Vigência	2013	2014	2015	2016	A partir de 2016	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 15 anos	1.091.146	888.853	581.724	677.049	7.999.130	11.237.902
Itaipu	Até 15 anos	200.626	214.385	222.629	227.907	2.077.511	2.943.058
Total		1.291.772	1.103.238	804.353	904.956	10.076.641	14.180.960

(32) Ativos e passivos regulatórios

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos regulatórios que não estão registrados nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota 3.11.

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias		
Descontos TUSD (*) e irrigação	26.820	18.899
Total	26.820	18.899
Diferimento de custos tarifários		
CVA (**)	99.678	85.714
Total	99.678	85.714
Despesas pagas antecipadamente		
Subvenção baixa renda - perdas	-	2.539
Outros componentes financeiros	44.662	37.492
Total	44.662	40.032
Passivos		
Diferimento de ganhos tarifários		
CVA (**)	(92.594)	(115.349)
Total	(92.594)	(115.349)
Outras contas a pagar		
Descontos TUSD (*) e irrigação	(320)	(78)
Sobrecontratação	(21.495)	(9.124)
Subvenção baixa renda - ganhos	-	(301)
Neutralidade dos encargos setoriais	(10.369)	(15.996)
Outros componentes financeiros	(58)	(1.351)
Total	(32.242)	(26.849)
Total líquido	46.322	2.447

(*) Tarifa de uso do sistema de distribuição

(**) Conta de compensação de valores de itens da parcela "A"

As principais características destes ativos e passivos regulatórios são: **a) Descontos TUSD e irrigação:** A Companhia reconhece ativos e passivos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados à TUSD, para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e sobre as tarifas de fornecimento aplicáveis às atividades de irrigação e aquicultura. **b) CVA:** Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **c) Sobrecontratação:** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. **d) Neutralidade dos encargos setoriais:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa. **e) Outros componentes financeiros:** Refere-se principalmente à exposição ao contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEAR"), garantias financeiras, subsídios às cooperativas e permissionárias. Adicionalmente, a Companhia teve em seu reajuste tarifário, componentes financeiros concedidos de modo a ajustar a revisão tarifária ou reajustes tarifários anteriores.

(33) Transações não envolvendo caixa

A Companhia possui um valor de R\$ 4.194 (R\$ 7.369 em 31 de dezembro de 2011) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(34) Fato relevante e evento subsequente



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



Companhia Aberta

www.cpfl.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Rio Grande Energia S.A.

Caxias do Sul - RS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção

relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Valores correspondentes:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 5 de março de 2013, contendo parágrafo de ênfase, sem modificação da opinião, referente aos ajustes das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.

Campinas, 5 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes

Contador - CRC nº 1 SP 203310/O-6 "S" RS